

REPENSANDO A POLÍTICA INDIGENISTA PARA OS BOTOCUDOS NO SÉCULO XIX

Maria Hilda Baqueiro Paraiso
Univ. Federal da Bahia

RESUMO: De maneira diferente da dos historiadores, o artigo conta a história da colonização da região compreendida pelos estados de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo, enfatizando a perspectiva indígena, baseada em pesquisa documental. A região era habitada pelos índios Botocudos. Interesses econômicos levaram os colonizadores à área. A não-aceitação pacífica, pelos índios, da invasão de suas terras deu margem a uma política colonizadora militarista que visava assegurar a chegada do "progresso" no local. Os Botocudos eram vistos como entrave ao desenvolvimento e a colonização se deu através de quartéis e juntas militares. Essa política levou a um extermínio quase total dos Botocudos. Os princípios que a nortearam ainda se fazem presentes nas políticas atuais.

PALAVRAS-CHAVE: colonização-política indigenista-militarização-Botocudos-séc. XIX.

Este trabalho foi elaborado no âmbito do Projeto de Pesquisa "Os Botocudos em Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo – em busca do passado", financiado pela Fundação Banco do Brasil.

Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar a implantação da nova orientação política de cunho militarista no território dos índios Botocudos entre os anos de 1800 e 1808.

Procuraremos relacionar com a expansão da sociedade nacional a busca de novas alternativas econômicas num momento de crise e a política indigenista de cunho agressivo. Esta correlação procura identificar as causas que levam ao planejamento e à execução de políticas governamentais caracterizadas pelo desrespeito e pela volta de uma proposta oficial de extermínio dos opositores aos interesses da sociedade dominante. Também analisaremos como estes fatos são vistos na historiografia.

A ótica dos historiadores é a da sociedade dominante para a qual os índios são sempre o entrave, os opositores ao progresso e ao desenvolvimento, que devem, com tranqüilidade e sem remorsos, ser eliminados ou contornados para o bem de toda a população nacional. Esta, na sua busca de alternativas de enriquecimento, não deve ser molestada por seres tão "rudes" e, para tanto, merece todo o apoio dos governantes.

Poderíamos usar aqui a afirmativa de um fazendeiro de Minas Gerais, que, no início do século XIX, assim se referia aos índios em conversa com o viajante Freireyss (1907): "... o comandante (do destacamento do quartel de Santana dos Ferros) nos contou que já tinha amansado quinhentos Puris e os domiciliado em logares determinados, fazendo-os acabar com toda a hostilidade contra os portugueses e seus amigos, mas acrescentou, com uma risada diabólica, que se devia levar-lhes a varíola para acabar com eles de uma só vez, porque a varíola é a doença mais terrível para essa gente..."

A nossa proposta é contrapor a esta visão a dos etno-historiadores que, ao assumirem a postura de defesa dos povos dominados, procuram revelar a outra face da moeda do processo de dominação/subordinação característico das relações de colonização: a violência e a exclusão dos índios das decisões políticas e também da história. Nesta, o seu papel é o de mero coadjuvante, explicador e justificador das atitudes "necessariamente" belicosas dos "indefesos" colonos e soldados. Desmistificar essa falácia e inverter a ótica da análise é o grande objetivo a ser atingido por todos nós.

Ribeiro (1967) dá-nos, talvez, a grande referência explicativa para a posição dos nossos historiadores ao expressarem, nas suas obras, a despreocupação com o destino dos Botocudos: "a ideologia brasileira quer os índios — e também o negro — como um futuro 'branco dissolvido' pela amalgamação racial e pela assimilação na comunidade nacional". Para estes, o destino dos índios era "naturalmente" este, não merecendo, portanto, explicações óbvias.

Já os etno-historiadores calcam o seu raciocínio na afirmativa de Moreira Neto (1967) ao analisar a questão da política indigenista: "Toda a atividade indigenista é, necessariamente, um modo deliberado e consciente de intervenção na vida dos povos de tradição cultural indígena, segundo os interesses, modo de organização e valores da sociedade nacional. O sucesso da política indigenista deve ser, pois, estimado em relação aos propósitos da sociedade nacional que se exprimem através da ação dos órgãos intervencionistas e não das necessidades, interesses, direitos ou valores dos grupos assistidos". É esta face da política indigenista do século XIX que procuramos desvendar neste trabalho.

Para este desvendar, trabalhamos com o método da etno-história, ainda que de forma limitada, pois não é possível realizar trabalho de campo por não haver remanescentes dos grupos envolvidos por esta política militarista, que é o nosso objeto de estudo. Assim, dentro do possível, procuramos reinterpretar os dados

históricos, colocando o índio como figura central da nossa análise, deslocando, portanto, o eixo de interpretação dos dados e usando os conceitos dominantes na Antropologia e, particularmente, nas análises das relações interétnicas.

Como o objeto central é a política do século XIX, relataremos, de forma bastante sucinta, o conjunto das relações interétnicas entre "brancos" e Botocudos nos séculos que antecedem aquele que é nossa preocupação maior neste momento.

Quem eram os Botocudos

A área em que viviam os Botocudos engloba, hoje, três estados: Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, representados pelas bacias dos rios de Contas, Pardo, Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus e Doce, além do vale do Salitre, na bacia do rio São Francisco, no oeste da Bahia.

Os Botocudos são introduzidos na historiografia já no século XVI, quando das primeiras tentativas de estabelecimento de colonização sistemática no Brasil – a criação das capitanias hereditárias e a instalação do Governo Geral –, particularmente nas capitanias da Bahia, Porto Seguro, Ilhéus e Espírito Santo.

Naquele momento, entretanto, os Botocudos receberam uma denominação que lhes foi atribuída pelos Tupi que habitavam o litoral da Bahia e com os quais os primeiros colonizadores entraram em contato. Inicialmente, a denominação genérica era *Tapuio*, em oposição a Tupi, e mais tarde especificamente *Aimoré*, *Ambaré*, *Guaimuré* ou *Embaré*, que, segundo a interpretação de Pirajá da Silva (1964), seriam formas diferentes das possíveis composições: *aib-poré* (habitantes das brenhas), *ai-boré* (malfeitor) ou *aimb-buré* (aqueles que usam botoques de emburé). José Gregório (s/d) assim trata o termo, considerando como prováveis as seguintes origens: *guaymuré* (gente de nação diferente) ou *aimbiré* (nome do chefe indígena aliado dos franceses no Rio de Janeiro, sendo citado nas obras de Anchieta e Gonçalves Dias, no seu poema *A Confederação dos Tamoios*).

Já no século XVII, os Botocudos são referidos como *Guerén*, *Gren* ou *Kren*, o que, pela indicação dos dados, seria a autodenominação do grupo – termos que serão substituídos no século XIX por Botocudos. Esta denominação foi atribuída pelos colonizadores portugueses devido ao hábito de o grupo usar botoques labiais e auriculares de grande tamanho, de madeira branca e leve – barriguda (*Bombax ventriculosa*).

A partir desse momento, a denominação Botocudo torna-se de uso corrente nos três estados, como o termo "bugre" o foi no Sul do país. A intensificação dos contatos levou a que, anos mais tarde, a partir do fim do século, predominassem as autodenominações dos pequenos bandos: *Naknenuk*; *Krak-*

mun; Nakreehé; Etwet; Takruk-Krak; Gut-Krak; Nep-Nep; Jiporok; Pòjixá e Mi-ñajirum. Os nomes eram derivados das denominações atribuídas a seus "capitães" ou a acidentes geográficos.

Desde o século XVIII e, especialmente, no seguinte, alguns conhecedores do grupo levantavam a hipótese de conexão entre as três designações – Aimoré, Kren e Botocudo – como atinentes, na verdade, a apenas um grupo indígena. Porém, só a partir do levantamento sistemático dos vocabulários dos grupos Botocudos e de um cuidadoso trabalho comparativo com outros vocabulários coletados entre os denominados Aimoré e Kren, pode-se, com segurança, afirmar como verdadeira essa assertiva.

Assumiremos, a partir deste ponto do nosso trabalho, a designação Botocudo. Segundo a classificação de Rodrigues (1972), o Borun (língua falada pelos Botocudos) pertence ao tronco Macro-Jê, que não se divide em famílias, mas em dialetos, em razão do alto índice de fragmentação que caracteriza a história do grupo.

Os primeiros contatos entre a sociedade dominante e os Botocudos tiveram caráter belicoso e ocorreram no século XVI, quando da instalação das capitanias de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo, particularmente após 1550, quando da revolta dos Tupiniquim, em Ilhéus, e da epidemia de varíola, que reduziu em um terço a população indígena aldeada, obrigando os colonos a buscarem suprimento de mão-de-obra entre os Aimoré, em razão do quase desaparecimento da população Tupi.

As formas de resistência às pretensões de enquadramento dos bandos botocudos como mão-de-obra tiveram reflexos no desenvolvimento das capitanias de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo, comprometendo mesmo o êxito do projeto implantado. A queima de canaviais e de engenhos, em atos sucessivos de incursão ao litoral, culminou na falência dos donatários, na desagregação do sistema produtivo e no deslocamento de grande parcela da população sobrevivente para outras capitanias.

Inúmeras foram as "guerras justas" declaradas aos Botocudos, principalmente na Bahia, particularmente após os ataques às aldeias jesuíticas de Tinhoré, Boipeba e Camamu, justificando, inclusive, a contratação de bandeirantes paulistas para combatê-los.

As reações dos Botocudos faziam-se presentes não só nos ataques às propriedades portuguesas, mas também nos deslocamentos sistemáticos do grupo por áreas ainda indevassadas. São freqüentes também as notícias de fugas de aldeamentos, revoltas e resistência passiva à imposição das novas regras sociais determinadas pela sociedade dominante.

Há poucas notícias de aldeamentos duradouros antes do século XIX nos vários pontos do território botocudo. As exceções são Santa Cruz de Itaparica

(1602), Ilhéus e Cairu (1660). Estas três experiências, no entanto, não resultaram no sucesso desejado pelos colonos. Os índios recusavam-se a trabalhar e terminaram por abandonar os aldeamentos, voltando para as matas interiores.

As notícias dos combates, porém, são comuns. O combate aos Botocudos parece-nos ter um caráter cíclico devido a este grupo indígena estar subdividido em pequenos bandos nômades que atingiam o litoral de forma intermitente quando entravam em choque com os colonos ou eram atingidos por seus abastecedores de escravos, quando estes se deslocavam por áreas interioranas. A prática destas bandeiras era mais a de deslocar pequenos contingentes de índios aprisionados para pontos previamente determinados, onde encontravam mercado garantido, do que promover aldeamentos.

O aldeamento dos Botocudos e as relações mais sistemáticas entre o grupo e os colonos só passam a ocorrer no século XIX, quando profundas transformações começam a ocorrer na região, levando ao enfrentamento dos dois segmentos. Este é o nosso objeto de análise.

As mudanças econômicas regionais e a busca de novos caminhos

A partir da segunda metade do século XVIII, quando ocorreram alterações significativas na economia mineira (antes baseada na extração do ouro e pedras preciosas), que passou a basear-se na produção pecuária, o cenário de combate aos Botocudos deslocou-se para o sul da Bahia, nordeste de Minas Gerais e sertões do Espírito Santo. Inicialmente, os choques concentraram-se nas bacias dos rios Jequitinhonha e Pardo, estendendo-se, logo depois, aos rios Doce, São Mateus e Mucuri.

As peculiaridades dos cursos desses rios – nascentes em território mineiro e foz nos litorais capixaba e baiano – explicam as razões de sua importância, naquele momento de alterações da economia mineira. A busca do litoral em Canavieiras (foz do Pardo), Belmonte (foz do Jequitinhonha), Nova Viçosa (na foz de um dos braços do Mucuri) e Regência (na foz do Doce) era essencial para a proposta econômica dos empreendimentos mineiros, baianos e capixabas. Era nesses pontos que se vendiam os produtos derivados da atividade pecuária e artigos manufaturados da Europa, que chegavam pelo porto de Salvador e Vitória, sendo redistribuídos pelos demais portos litorâneos da região.

Outro fato que consideramos relevante decorre da falência das capitâneas de Porto Seguro, Ilhéus e Espírito Santo. O insucesso do empreendimento e a reversão da propriedade à Coroa portuguesa fizeram com que a região não recebesse os investimentos que permitiriam seu efetivo desenvolvimento. Assim sendo, a

área transformara-se em zona estratégica, devendo ser mantida com matas fechadas que dificultassem o acesso à região das minas de ouro da capitania de Minas Gerais. As únicas derrubadas permitidas eram as que se destinavam ao fornecimento de madeiras para a Armada Real. Em decorrência desta situação, a região tornara-se o refúgio privilegiado dos grupos indígenas, que puderam manter-se nas matas mais interiores, afastados do processo de expansão da sociedade nacional. Tal situação permitiu-lhes, até aquele momento, manter seus padrões sociais e a integridade de seus territórios.

Nas cabeceiras dos referidos rios surgiram, a partir desse período, grandes núcleos pecuários e comerciais: São João do Paraíso, no rio Pardo; Vila do Fana-do de Minas Novas, no Jequitinhonha; Philadelphia, atual Teófilo Ottoni, no rio Mucuri; Peçanha, no Suaçui, afluente do Doce; e Figueira do Doce, atual Governador Valadares, no Doce. O desenvolvimento desses centros exigia a superação de algumas dificuldades, ainda que aproveitando as rotas naturais pelos cursos dos grandes rios: carência de pontos de abastecimento para as tropas, falta de segurança e ausência de estradas mais adequadas para o encurtamento das viagens. Também as dificuldades decorriam, em alguns rios, como o Doce, das características de seus cursos, que eram bastante acidentados.

A necessidade de solução para alguns destes entraves motivou investimentos massivos na abertura de rotas com seus implementos complementares: a construção de quartéis e destacamentos ao longo dos cursos dos rios referidos e o aldeamento forçado de grupos botocudos; abertura de roças às margens dos rios para servirem de ponto de apoio aos viajantes e seus animais; abertura de picadas às margens dos rios; abertura de estradas vicinais e fixação de colonos ao longo das rotas.

Este quadro de expansão da sociedade dominante coincide com o momento que poderíamos definir como de um vácuo em termos de orientação de política indigenista. Após a Carta Régia de 12 de maio de 1798, fruto da pressão de latifundiários insatisfeitos com a maneira "branda" como os índios eram tratados, ressurgiu o sentimento de que a problemática deveria ser tratada por meio da violência para que se processassem, com a devida rapidez, as transformações julgadas necessárias, como a liberação dos territórios indígenas e o engajamento compulsório desta população em trabalhos e atividades considerados essenciais para o desenvolvimento das regiões interioranas, como a abertura de estradas e sua conservação; abertura e plantio de roças; derrubada das matas; serviço militar compulsório etc.

A referida Carta Régia aboliu o direito de os índios venderem livremente a sua força de trabalho, restaurando a dominação mais direta sobre os trabalhadores indígenas com os estímulos aos descimentos e a imposição de trabalhos compul-

sórios em atividades que deveriam ser realizadas, preferencialmente, fora do perímetro da aldeia, fosse em propriedades particulares ou em obras públicas.

A política pensada e executada na área dos Botocudos

Este quadro de raciocínio e de busca de alternativas de ocupação econômica da área correspondente ao território botocudo redundou numa política e prática militaristas violentas e expropriadoras das terras indígenas e na exploração da força de trabalho dos grupos, tendo, como resultado final, o seu extermínio.

A política indigenista expressou-se através de um conjunto de leis emitidas sucessivamente, que atendiam aos argumentos dos colonos e governantes baseados na necessidade de levar o desenvolvimento aos sertões e na ferocidade dos Botocudos que reagiam, a seu modo, ao devassamento do seu território. Os ataques aos colonos e viajantes tornaram-se mais constantes, praticamente inviabilizando o projeto de expansão da sociedade nacional. Diante da reação violenta dos Botocudos, as várias instâncias governamentais articularam-se e formularam seu projeto voltado para eliminar a reação indígena.

Os principais mentores e executores desta política militarista foram D. Rodrigo de Souza Coutinho, o conde de Linhares, ministro da guerra de D. João VI; o conde da Palma; o ouvidor de Porto Seguro, José Marcelino da Cunha; os presidentes da província do Espírito Santo, Antonio Pires da Silva Pontes, Manoel Tovar e Francisco Alberto Rubim, e Pedro Maria Xavier, este da província de Minas Gerais.

É interessante observarmos que é na área das antigas capitânicas falidas que o movimento assumiu formas mais agressivas devido, exatamente, à sua marginalização econômica, à sua situação estratégica de área de conexão entre o interior mineiro e o litoral e ao fato de ser região ainda inexplorada e, portanto, passível de "esconder" riquezas minerais, além da madeira e terras virgens, bem irrigadas e de boa qualidade.

Na busca de uma alternativa econômica para o Espírito Santo, o governador Silva Pontes, já em 1800, explorou o rio Doce e construiu o primeiro quartel, nas fronteiras entre aquela província e a de Minas Gerais — o quartel de Porto do Souza —, além de ter criado a Companhia de Pedestres, que visava manter mobilizados homens treinados para combater os Botocudos (Rubim, 1934; Novaes, s/d).

Os ataques ao quartel de Porto do Souza motivaram a Carta Régia de 5 de maio de 1801, através da qual decretava-se "guerra ofensiva aos Botocudos antropófagos" e ordenava-se a distribuição de destacamentos por todo o território "infestado" pelos mesmos (*Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. VI). Esta

Carta Régia criava as condições necessárias para que se efetivassem as medidas sugeridas pelo Edital de 6 de maio de 1801, pelo qual passava-se a permitir a distribuição de sesmarias às margens dos rios, mecanismo que garantia terras aos colonos, via de comunicação e socorro mais fácil em caso de ataques de índios, além de estas sesmarias passarem a ser o ponto de apoio para a ocupação das áreas mais interioranas, acelerando-se, assim, a "civilização" dos índios. Para incentivar possíveis interessados, a Coroa oferecia vantagens econômicas aos colonos. Estas vantagens iam desde a isenção de dízimos por dez anos para os que explorassem a sesmaria recebida, permissão para a venda de madeiras, excetuando-se o pau-brasil, peroba e tapinhoano, até a concessão de registro gratuito da sesmaria (Rubim, 1840).

As justificativas apresentadas pelo presidente Tovar para a repressão desencadeada contra os Botocudos tinham caráter também vinculado diretamente à expansão da sociedade nacional. Assim, argüia-se que a "domesticação" dos índios garantiria o comércio e a implantação da agricultura; promoveria a colonização das áreas virgens; viabilizaria a navegação pelos rios, principalmente o Doce; garantiria a segurança necessária aos viajantes; e coibiria o contrabando de riquezas produzidas na região, o que enriqueceria as províncias e a Coroa.

Para concretizar de forma mais eficiente sua política, Tovar, em 1804, chegou a convocar civis para combaterem os Botocudos, provocando fortes reações entre a população capixaba que não aceitava de bom grado esta imposição de deslocamentos para regiões conflagradas nem o serviço militar obrigatório. Estas medidas obrigavam os "convocados" a abandonarem seus empregos e/ou propriedades e a enfrentarem ameaças a suas vidas devido à ação dos Botocudos que reagiam à presença dos intrusos em seus territórios. Em 1809, o Corpo de Pedestres foi transformado, pelo mesmo Tovar, em Linhas de Destacamentos, impondo um treinamento militar a seus membros e oficializando sua política militarista.

Na região da Bahia e Minas Gerais, três Cartas Régias definiram a ação local contra os Botocudos: as de 13 de maio, 5 de novembro e 12 de dezembro de 1808.

O estopim da decretação da "guerra justa" foi a concessão de uma sesmaria à família de João Gonçalves da Costa, na área hoje compreendida pelo município de Vitória da Conquista, na Bahia, e a reação dos índios à ação da 7ª Divisão Militar do Jequitinhonha, responsável pela construção da estrada entre Vila do Fânado e Belmonte. A ação dos índios intensificou-se com estas novas áreas de expansão nos seus territórios, obrigando os governantes a pensarem em medidas mais enérgicas e articuladas.

A política definida por estas Cartas Régias para o Jequitinhonha e adjacências foi coordenada pelo conde da Palma e executada pelo ouvidor de Porto Seguro. A ação desencadeada propunha-se a promover a ocupação dos territórios tribais, após o deslocamento da população indígena, a instalação de colonos nes-

ses espaços conquistados e a abertura de estradas que permitissem o comércio na região.

As mesmas Cartas Régias também definiram a atuação das Juntas Militares e da Conquista dos rios Doce e Pardo. A ação dessas juntas, seguindo a orientação dos referidos documentos, pode ser sintetizada pelos princípios de obtenção de terras e apropriação de trabalho indígena. Usava-se, para tal, as seguintes medidas: decretação de "guerra justa", militarização da questão indígena, construção de quartéis e destacamentos em toda a região, transformando a resolução do problema numa questão policial. Complementando esta decisão, passava-se a impor aldeamentos compulsórios aos índios nas proximidades dos quartéis e destacamentos, principalmente para os índios que se apresentassem "mansamente" perante as autoridades. Os índios que resistissem à ação dos soldados e fossem capturados em combate seriam transformados em escravos por um período de tempo determinado. As terras tomadas aos índios eram transformadas em sesmarias e distribuídas aos colonos e comandantes das Divisões Militares.

As justificativas para uma atuação tão violenta contra os Botocudos assentavam-se numa visão estereotipada e discriminatória sobre o grupo e na necessidade de se criar um clima de "paz", essencial ao desenvolvimento da região. Assim, os Botocudos eram vistos como antropófagos, rebeldes contumazes, agressivos, incivilizáveis e refratários aos meios brandos de relação. Esta imagem dos Botocudos justificava a ausência de desenvolvimento na região, tornando o binômio Botocudos/desenvolvimento impensável. A opção pelo progresso passa, então, a pressupor a eliminação dos Botocudos, princípio que é assumido sem maiores constrangimentos.

Com a reinstauração do sistema de "guerra justa" e o ressurgimento da figura do "caçador de índios", acelerou-se o processo de desapropriação de territórios e a desarticulação das sociedades indígenas que haviam conseguido manter-se em áreas marginais à atividade mineradora. A garantia de tal processo, como já nos referimos, calcava-se na construção de quartéis e destacamentos. Entre 1800 e 1814 foram construídos 61 quartéis ao longo dos rios mais importantes da região (Doce, Jequitinhonha, Mucuri, Jucurucu e Pardo) e seus afluentes, particularmente nas confluências e nos pontos onde havia cachoeiras, locais de estrangulamento das viagens e de ataques dos índios. O objetivo era atender às propostas de guerra aos Botocudos nas três províncias e, assim, garantir o fluxo de tropas e mercadorias e permitir o assentamento de colonos nas novas sesmarias.

Na Bahia foram implantados seis quartéis sob a coordenação de José Marcelino da Cunha, ouvidor de Porto Seguro. Minas Gerais, para efeito de racionalização deste trabalho, foi dividida em sete Divisões Militares distribuídas entre os rios Doce e Jequitinhonha. Foram construídos 27 quartéis, sob a administração de

Guido Tomaz Marlière. Já a província do Espírito Santo foi a que teve seu território mais efetivamente ocupado por quartéis e destacamentos. Foram criadas 38 estruturas militares nas rotas comerciais de toda a área da referida província.

As relações estabelecidas entre os membros dos quartéis e dos destacamentos e os Botocudos podem ser caracterizadas pela violência combinada com a tentativa de atrair os índios com a oferta de presentes – ferramentas, roupas, anzóis, machados, foices e outras quinquilharias – e, principalmente, comida. A penetração nos territórios tribais por novos colonizadores não só provocava desarranjos no ecossistema, mas, aliada à diminuição dos territórios de circulação, provocava graves reduções na capacidade de obtenção de alimentos, principalmente a caça. O reflexo dessa situação pode ser percebido nas constantes afirmativas de que os índios aproximavam-se dos quartéis em busca de alimentos e nas notícias de ataques às roças dos colonos. Porém, além da fome, acreditamos que os Botocudos conheciam a importância dessas estruturas militares como pontos de apoio à penetração dos seus territórios, justificando-se, assim, a concentração dos seus ataques aos quartéis e destacamentos. Caso esta consciência não existisse, as opções de ataques a roças isoladas de colonos seriam mais lucrativas, considerando-se não só a quantidade possível de produtos a serem pilhados, mas também a menor capacidade reativa dos colonos se comparada à das tropas aquarteladas.

É interessante observarmos a estrutura física dos quartéis. São sempre descritos como pequenas casas de taipa com cobertura, geralmente de palha e com poucos vãos, o que indica, claramente, sua precariedade e também seu caráter temporário. Os quartéis eram protegidos por cercas de pau-a-pique e sempre cercados por grandes roças de banana, milho, mandioca e árvores frutíferas (Saint-Hilaire, 1936; Wied-Neuwied, 1958; Spix e Martius, 1976). Era praxe que, à medida que os quartéis deixavam de ser alvo de reação mais violenta e passavam a ser vistos como único ponto de aquisição de alimentos e ferramentas, alguns aldeamentos se instalassem junto aos destacamentos (Saint-Hilaire, 1936; Wied-Neuwied, 1958; Spix e Martius, 1976). Inicialmente estes aldeamentos eram de outros grupos indígenas que optavam por aliar-se aos soldados para continuarem sua guerra tradicional aos Botocudos. Estão, neste caso, os Maxakali, Malali e Makoni. Posteriormente, já desarticulados e com território reduzido, os Botocudos também adotaram a prática de aldear-se "espontaneamente" junto aos quartéis e destacamentos na tentativa de obterem proteção da ação dos *kraí* ("brancos") e garantia de acesso a ferramentas, alimentos, roupas e recursos governamentais. Isto, porém, não significava aceitação plena das novas condições impostas pela convivência. As notícias de fugas, revoltas e massacres da tropa são constantes.

A composição da tropa era problemática em função dos baixos salários, dos perigos e das dificuldades de sobrevivência. As soluções encontradas foram ofe-

recer vantagens ou deslocar compulsoriamente parcelas da população pobre. Assim, Tovar, em 1804, passou a convocar civis para o combate aos Botocudos (Rubim, 1840) e obteve do Juiz de Paz de Vitória autorização para deslocar presos comuns e desertores militares para os quartéis "dos sertões", onde cumpririam suas penas. A preocupação de Tovar com esta população não existia, chegando mesmo a proibir que plantassem mandioca nas roças sob a alegação de que este produto atrairia e beneficiaria os Botocudos. Só em 1810 Rubim revogou tal determinação e criou o Batalhão de Artilharia Miliciana, mas que ainda previa a convocação de qualquer cidadão para compor o seu corpo (Novaes, s/d). Porém, já havia, a partir de então, limitações formais às convocações. À medida que os segmentos populacionais "brancos" se organizaram para resistir às convocações, estas passaram a recair nos índios "mansos e aldeados" que não tinham um canal competente através do qual pudessem apresentar seus protestos. Posteriormente, também criaram seus mecanismos de resistência às convocações compulsórias: petições ao presidente da província e juizes, fugas e deserções.

O presidente da província do Espírito Santo, Rubim, nas suas memórias (1840) definia os objetivos da construção de tantos quartéis a partir de argumentos econômicos e estratégicos. Os econômicos defendiam a necessidade da abertura de estradas principais e vicinais, a cada três léguas, ligando as três províncias, aproveitando os rios como rotas para, assim, estabelecer o comércio regular na região, garantindo entrepostos de troca de animais e alimento para os viajantes e seus animais. Os estratégicos informavam que os quartéis permitiriam avisar os deslocamentos dos índios no sertão, dando proteção aos colonos, garantir a paz necessária à implantação de vilas às bordas das matas, atrair os índios para "civilizá-los", definir os limites entre as três províncias, estabelecer conexão e vigilância nas estradas vicinais e seus acessos a povoações e/ou outras estradas e, assim, garantir as rotas comerciais e a implantação de vilas e povoados.

Apesar de tantas funções e missões, os destacamentos eram compostos de um pequeno número de pessoas. Havia cinco categorias de hierarquia militar: os oficiais superiores (muito raros e apenas presentes nas sedes dos comandos), os oficiais inferiores, como alferes (também pouco comuns e só existindo nos quartéis que coordenavam uma área mais complexa), os sargentos e cabos (que eram, geralmente, os comandantes dos destacamentos), os praças de artilharia (também em pequeno número) e os pedestres (os de maior número). Eventualmente, encontramos referências à existência de intérpretes e guias, sendo, na sua maioria, de origem indígena. A cooptação dos índios ocorria, inicialmente, entre aqueles que haviam sido capturados quando crianças e entregues a famílias de colonos para serem "civilizados". Posteriormente, outros índios, criados nas suas aldeias até a maturidade, também passaram a exercer estas funções e a de combatentes de seu próprio povo. O mais conhecido e louvado pela historiografia é o afilhado do Diretor Geral dos Índios de Minas Gerais, Guido Tomaz Marlière. Este índio

foi tão importante no processo de subjugação de seu povo que hoje empresta seu nome a uma cidade daquele estado – Pocrane.

Em torno dos quartéis surgiam formas econômicas de vida que redundaram, na maioria dos casos, no surgimento de vilas e arraiais transformados, hoje, em sedes de prósperos municípios nos três estados. Em volta dos quartéis fixavam-se soldados e suas famílias, colonos que preferiam a proximidade dos militares, índios "mansos", inimigos dos Botocudos, artesãos, comerciantes e aventureiros (Saint-Hilaire, 1936).

Entretanto, as relações entre os soldados e os Botocudos nem sempre eram baseadas nesta aparente cordialidade, como já afirmamos, e os ataques e revoltas justificavam o aumento do efetivo militar, a construção de novos quartéis, a compra de novos equipamentos e armas e até mesmo a promulgação de novas Cartas Régias, como a de 1808, que teria sido provocada pelos ataques a Coutins (Linhares) e a Porto do Souza (Zunti, 1882).

Poderíamos dizer, concluindo a nossa análise, que nesta área, caracterizada como tipicamente de fronteira em fase de expansão da sociedade nacional, a política indigenista era marcada por seu aspecto guerreiro, justificado por razões político-militares.

Manipulava-se o sentimento de ameaça à integridade do reino, afirmando que estes grupos indígenas teriam interesse em promover movimentos de oposição à ocupação plena do território e em desorganizar o sistema de dominação política instaurado pela Coroa.

Porém são as razões de ordem econômica – a busca de novas alternativas para a região – as fundamentais desta política que, a médio prazo, terminou por aldear e quase extinguir os Botocudos. Hoje, passados quase dois séculos de sua vigência, dos Botocudos restam os Krenak, pequeno grupo de 120 pessoas, acucados em 68,45 hectares, às margens do rio Doce, no município de Resplendor, em Minas Gerais, quase na fronteira com o Espírito Santo. Nos dois outros estados não há referências a remanescentes.

Os Botocudos e a historiografia

O combate aos Botocudos no início do século XIX quase não é referido na historiografia. Encontramos apenas rápidas referências em Varnhagen, Capistrano de Abreu, Prado Júnior e outros. Em todas as obras a postura é muito clara: a guerra movida decorreu da necessidade de os governos provincial e imperial defenderem os colonos da ação dos "bárbaros Botocudos", objetivando a conquista e a ocupação de novos espaços indevassados que passaram a ser incorporados ao patrimônio da Coroa, levando o progresso e o enriquecimento à sociedade.

Outra fonte, mas produzida a partir de 1816, é o conjunto de obras dos naturalistas estrangeiros, destacando-se as de Wied-Neuwied (1958), Saint-Hilaire (1936), Freireyss (1907), Briard (1986), entre outras. Para todos estes viajantes, os Botocudos eram mais uma espécie exótica a ser estudada e catalogada como os representantes dos reinos animal, vegetal e mineral. Assim como colecionavam animais empalhados, flores e folhas desidratadas, também recolhiam esqueletos de Botocudos, aliás altamente cobiçados. Os naturalistas viam a política indigenista de cunho militar implantada na região como uma necessidade, uma conquista, elemento fundamental ao desenvolvimento do país. Os soldados, comandantes de destacamentos e Diretores de Índios, particularmente Guido Tomaz Marlière, são decantados como heróis, promotores do desenvolvimento. Consideravam, ainda, os quartéis como essenciais à vida da população e deles mesmos, viajantes. Era ali que todos se hospedavam, se alimentavam e trocavam os animais cansados ou encontravam pasto garantido para que se refizessem do cansaço. Era também nos quartéis que os viajantes entravam em contato, com mais tranqüilidade e segurança, com os índios "mansos". Deles obtinham informações, objetos que eram enviados a museus e coleções particulares, juntamente com esqueletos retirados de suas sepulturas para serem estudados e comparados com os dos europeus na tentativa de explicar a razão "natural de sua feiúra e da prática da antropofagia".

Ainda no século XIX encontramos farta documentação produzida por memorialistas e historiadores que, poderíamos dizer, também foram atores históricos. Destacaremos, dentre vários, o ouvidor de Porto Seguro, José Marcelino da Cunha (1811), e Rubim, presidente da província do Espírito Santo (1938).

No nosso século, as referências à "guerra justa" aos Botocudos são raras na historiografia. É apenas aludida *en passant* no contexto das mudanças econômicas ocorridas na região e da conquista e ocupação de novas áreas pela sociedade nacional. O grande "empecilho" — as "hordas bravas de indígenas antropófagos", que com sua presença impediam o desenvolvimento — é apenas referido rapidamente e logo tratado como "desaparecido", assim como se tivesse sido superado pela sociedade dominante. Fica inclusive implícito nos textos de Holanda (1972), Prado Júnior (1967), Rocha Pombo (1966), Viana (1965) e Quadros e Arinos (1967) que os índios foram combatidos e subjugados e, então, passaram a viver em paz com os colonos que haviam ocupado seu território, atingindo o estágio "adequado de civilização", passando a compor o estoque genético da população local e, através do processo de aculturação decorrente da convivência, introduzindo alguns pequenos hábitos pouco significativos no contexto social da região.

Em nenhum momento há referências às formas de resistência desenvolvidas pelos grupos indígenas, aos desarranjos sociais e econômicos que lhes foram impostos pela redução dos seus territórios, pelo desmatamento sistemático da re-

gião e pela limitação da fonte de alimentos disponíveis. Aos meios violentos de dominação e guerra desencadeados também não há qualquer citação, assim como ao comércio de *kurukas* (crianças), principal fonte de enriquecimento dos "mateiros", nem à revolta dos pais, que os levava a abandonar seus refúgios e atacar os quartéis na vã tentativa de recuperar seus filhos.

É uma história construída com parcialidade, onde a figura do índio é sempre apresentada como algo ameaçador aos colonos e seus escravos e uma barreira ao progresso, essencial ao desenvolvimento do Brasil e ao enriquecimento de sua população. Sequer há referências ao fato de que a população pobre em nada se beneficiou com a expropriação das terras dos Botocudos, pois os que receberam as sesmarias ao longo dos rios foram, na verdade, membros da nobreza, magistrados, juizes, fazendeiros e grandes comerciantes. Os pobres, refugiados e banidos, eram empregados como combatentes nos quartéis, não sendo, portanto, os grandes favorecidos, como os nossos historiadores afirmam.

Encontramos ainda as obras de historiadores locais como Zunti (1882), sobre o município de Linhares, e Novaes (s/d), sobre o Espírito Santo, que seguem a mesma linha de raciocínio — decantar a saga dos conquistadores e a sagacidade dos governantes na adoção de uma política eficaz na solução do grave problema que afligia os colonos.

Neste conjunto de obras que se referem à questão, encontramos, com postura distinta e preocupados em colocar os Botocudos como figuras centrais da análise, apenas os trabalhos dos etno-historiadores Moreira Neto (1967) e Marcato (1979). Ambos caracterizam seus trabalhos pela análise dos aspectos considerados pouco relevantes pelos demais — o sofrimento, a reação e a destruição das sociedades indígenas, suas perplexidades e buscas de alternativas de sobrevivência, seu destino ao serem aldeados e transformados em mão-de-obra explorada pelos representantes da sociedade dominante, sua lenta e gradual extinção, a perda da autonomia e suas implicações, a violência praticada contra os mesmos, mas sem omitir os efeitos "benéficos" para a sociedade nacional advindos da conquista dos territórios dos Botocudos.

O nosso trabalho procura, na verdade, aprofundar estas questões, apresentando uma contribuição à reflexão sobre o tema num espaço específico e num tempo definido como instigante: o da implantação da política militarista no trato da questão indígena. Tema este que tem se tornado recorrente até hoje por ainda ser um modelo acalentado pela sociedade dominante como alternativa adequada para a garantia da guarda e expansão das fronteiras nacionais.

É, na verdade, um alerta aos descaminhos da política indigenista na sua modalidade militarista, autoritária, antipreservacionista e inadequada a qualquer proposta pluriétnica e democrática. É repensando o passado que podemos pensar os modelos e propostas atuais de solução para a questão indígena.

BIBLIOGRAFIA

- BRIARD, A. F. *Viagem à Província do Espírito Santo*. Vitória, Aracruz S/A e Fundação Jônice Tristão, 1986.
- CUNHA, J. M. da. Ofício ao conde de Linhares, 15/7/1811, ms, APEBa.
- FREIREYSS, A. L. "Viagem ao interior do Brasil nos anos de 1814-1815". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XI, São Paulo, Tip. do Diário Oficial, 1907.
- HOLANDA, S. B. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.
- MARCATO, Sonia. "A repressão contra os Botocudos em Minas Gerais". *Boletim do Museu do Índio*, nº I, maio, Rio de Janeiro, 1979.
- MOREIRA NETO, C. *A política indigenista brasileira durante o século XIX*. Rio Claro, dat., 1967.
- NOVAES, M. E. *História do Espírito Santo*. Vitória, Fundo Editorial do Espírito Santo, s/d.
- SILVA, Pirajá da. *Tratado Geral da Terra do Brasil*. In Gandavo, Pero M., São Paulo, Ed. Obelisco, 1964.
- PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1967.
- QUADROS, J. e ARINOS, A. *História do povo brasileiro*. São Paulo, J. Quadros Ed. Culturais, 1967.
- RIBEIRO, D. in MOREIRA NETO, C. *A Política Indigenista Brasileira durante o século XIX*. Rio Claro, dat., 1967.
- ROCHA POMBO. *História do Brasil*. São Paulo, Melhoramentos, 1966.
- RODRIGUES, A. dall'Igna. "Línguas ameríndias". In *Grande Enciclopédia Delta Larrouse*, vol. IX, 1972.
- RUBIM, F. A. *Memória da Província do Espírito Santo*. Lisboa, Nevesiana, 1840.
- _____ "Memórias para servir à História até o ano de 1817 e breve notícia estatística da Capitania do Espírito Santo, porção integrante do Reino do Brasil". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, nº 7, Vitória, Imprensa Oficial do Estado, 1934.
- _____ *Memória sobre os limites da Província do Espírito Santo*. Vitória, Imprensa Oficial do Estado, 1938.
- SAINT-HILAIRE, A. *Segunda viagem ao interior do Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1936.
- SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1976.
- TAUNAY, A. de E. *História geral das bandeiras paulistas*, vol. VI, São Paulo, 1945.
- VIANA, H. *História do Brasil*. São Paulo, Melhoramentos, 1965.
- WIED-NEUWIED, M. *Viagem ao Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1958.
- ZUNTI, M. L. G. *Panorama histórico de linhares*. Linhares, Prefeitura de Linhares, 1882.

ABSTRACT: This article analyses the colonial history of Brazilian states of Bahia, Minas Gerais and Espírito Santo during the 19th century, from an ethnohistorical perspective. Economical interests motivated the colonization of this region. The Botocudos Indians inhabited the area and as they didn't accept calmly their land invasion the colonizers used military strategies. This kind of political strategy

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. *"Repensando a política indigenista para os Botocudos"*.

used to "bring the progress to the area" resulted in the almost total extermination of the Botocudos. The principles on which this kind of contacts with Indian peoples were based are still present in nowadays indigenous policies in Brazil.

KEY-WORDS: colonization-indianist policies-militarization-Botocudos-XIX Century.

Recebido para publicação em 19 de fevereiro de 1992.